

Geografia e Comércio Internacional: breve revisão bibliográfica

Mónica Arroyo

✉ mmarroyo@usp.br

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica que busca indagar como o comércio internacional tem sido abordado pelos geógrafos. Selecionamos autores sobretudo da geografia anglo-saxã e, em menor medida, francesa. Os trabalhos analisados foram agrupados da seguinte maneira: 1) textos de uma fase inicial, quando imperavam a descrição e o inventário; 2) textos escritos nas décadas de 1980 e 1990, quando cresce o debate sobre a globalização; e 3) textos mais recentes, escritos nas primeiras duas décadas do século XXI, atendendo à complexidade crescente do mundo contemporâneo e preocupados em avançar no caminho da teorização geográfica.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Comércio Internacional, Revisão Bibliográfica.

A literatura sobre comércio internacional é vasta e de longa data. Desde pelo menos o século XVI, quando a expansão capitalista começa a se acelerar principalmente através do comércio, existe, na história do pensamento econômico, uma controvérsia entre os que defendem o princípio liberal do livre comércio e os que argumentam em favor da adoção de medidas protecionistas (HOLLANDA FILHO, 1998). Ainda que com diferentes matizes e intensidades e assumindo diversas facetas, a oposição protecionismo livre-cambismo continua vigente nos dias de hoje. De igual maneira, a formulação da Lei das Vantagens Comparativas de David Ricardo em 1817, que discute as relações de troca na escala internacional, mantém-se presente nos debates econômicos atuais, embora existam fortes críticas e respostas a sua teoria.

No âmbito da Geografia, existem poucos estudos destinados especificamente à discussão do comércio internacional; entretanto, alguns trabalhos se aproximam desse objetivo mesmo que inscritos num quadro mais geral, principalmente na perspectiva da geografia econômica (ARROYO, 2001). Este artigo tem por finalidade realizar uma revisão bibliográfica na literatura internacional para indagar como o tema tem sido abordado pelos geógrafos. Sem a pretensão de fazê-la de maneira completa, selecionamos autores sobretudo da geografia anglo-saxã e, em menor medida, francesa.

Uma primeira aproximação dos trabalhos geográficos relativos ao comércio internacional permite propor o seguinte agrupamento: 1) textos de uma fase inicial, que poderíamos denominar “fase dos manuais”; 2) textos escritos nas décadas de 1980 e 1990, quando cresce significativamente a produção bibliográfica sobre a globalização; e 3) textos mais recentes, escritos nas primeiras duas décadas do século XXI, atendendo à complexidade crescente do mundo contemporâneo e preocupados em avançar no caminho da teorização geográfica.

Textos produzidos quando imperava a descrição e o inventário

A chamada “geografia do comércio” ou “geografia comercial” teve uma presença significativa na disciplina a partir do final do século XIX, quando começaram a circular textos com formato de manuais, preocupados em inventariar dados empíricos vinculados a diferentes questões: agricultura, indústria, comércio, população, cidades etc. Nesse sentido, no seu livro *Do Comércio à Distribuição*, Teresa Barata Salgueiro (1996, p. 14) comenta que “a geografia do comércio aparece desde os primórdios da geografia humana moderna, isto é, viragem do século, muito associada à geografia econômica por partir do princípio de que a necessidade de troca e da transferência de bens resulta da distribuição dos recursos e das produções”.

Essa geografia particular está encarregada de dar conta dos movimentos de mercadorias “entre os países do mundo” (MILL, 1894) e não ultrapassa, como as outras especializações, o nível descritivo. Uma revisão dos índices temáticos dos manuais – Chisholm (1889), Mill (1894), Stamp (1927), Vasconcellos (1916), Smith e Phillips (1946) – permite observar que eles seguem uma mesma estrutura expositiva: destinam os primeiros capítulos aos produtos comercializados, com um detalhe de suas características agrônômicas ou técnicas, e deixam os últimos capítulos para os países (ou continentes), com uma identificação das áreas de produção e dos sistemas de transporte a elas vinculadas. Com efeito, essas obras centram seu interesse na realização de inventários sobre recursos e produções, realizando uma descrição de suas características e uma identificação dos principais países ou áreas produtoras e dos intercâmbios comerciais, acompanhadas frequentemente por um relato complementar de caráter regional.

Um indicador de que esses trabalhos foram concebidos com um caráter principalmente informativo é a grande quantidade de reedições que muitos deles apresentam (George Chisholm chega a vinte edições e Dudley Stamp a dez edições), dada a necessidade de atualizar as numerosas estatísticas incluídas. Aparecem, também, alguns livros que se especializam somente no estudo de um tipo de produto: *commodities*, matérias-primas, materiais plásticos, como os textos de Herbert Alnwick (1957) e Jean Delorme (1957).

Todas as obras dessa fase têm um forte caráter descritivo, enumerativo; quando desenvolvem uma explicação, ela está vinculada àquela convicção da geografia tradicional de que as condições geográficas naturais determinam em grau maior ou menor o tipo e a localização das atividades humanas. Isto é, a concentração espacial das atividades econômicas é visualizada sobretudo como o resultado de diferenças na fisiografia, no clima, no solo, nos recursos naturais.

Essa perspectiva aparece expressa na obra pioneira de George Chisholm *Handbook of Commercial Geography*, que foi publicada pela primeira vez em 1889:

O grande fato geográfico, do qual o comércio depende, é que as diferentes partes do mundo produzem diferentes produtos ou fornecem os mesmos produtos sob condições desigualmente propícias [...] Se há qualquer benefício permanente para a humanidade (do rápido desenvolvimento econômico e dos conflitos sociais concomitantes), geralmente a grande vantagem dessa natureza não é obtida até que todo tipo de produção seja levado ao lugar que tenha a maior vantagem natural para o suprimento de um determinado mercado. Pela expressão ‘vantagens naturais’ queremos dizer coisas como: um solo e um clima favoráveis, a existência de facilidades para comunicações externas e internas, até onde estejam na natureza

da superfície e dos aspectos físicos, a existência de minerais valiosos em situação favorável e especialmente dos materiais para se fabricar e dirigir maquinaria, sendo estes os produtos menos capazes de suportar o custo de transporte. Todas essas vantagens são mais ou menos permanentes [...] (p. 7).

Percebe-se uma proximidade da teoria do comércio internacional de origem ricardiana – das vantagens comparativas –, atribuindo grande importância à dotação dos fatores de produção. As relações entre os países apresentam-se como um resultado “natural” entre dotações diferentes, sem dar centralidade à participação dos fatores políticos e tecnológicos, ou seja, dos fatores de poder, que distinguem os países entre si e que, por sua vez, permitem “construir” as vantagens de uns países sobre os outros. Além disso, como são trabalhos cujo ponto de referência principal para a análise é o país como um todo homogêneo e/ou o produto, suas explicações não chegam a considerar o universo diferenciado de empresas e instituições que intervêm nos mercados, nem a forma como os subespaços nacionais participam.

Cabe lembrar que essa fase inicial, caracterizada pela divulgação dos manuais de geografia comercial, corresponde à época de hegemonia do capital mercantil. Conforme assinala Horacio Capel (1987), no último terço do século XIX acentuava-se fortemente a busca de novos mercados por parte das potências industriais europeias, o que deu lugar, ainda, a criação de sociedades científicas associadas a tal processo. Na França, criou-se em Paris a *Société de Géographie Commerciale* (1873), enquanto surgiam outras de maneira independente: Lyon (1873), Bordeaux (1874), Marselha (1876), e uma vasta série que logo se espalharia por toda a Europa. “Muitas dessas sociedades incluíam, entre seus objetivos, a realização de cursos de geografia comercial para navegadores, industriais e comerciantes, ou a publicação de trabalhos para esse fim” (CAPEL, 1987, p. 191).

Essa especialização da disciplina geográfica foi desenvolvida de forma significativa na Grã-Bretanha, capital do império mercantil, onde existia um especial interesse pelas terras de África, Austrália e Oceania. Capel (1987) salienta a estreita relação existente entre os progressos da geografia britânica durante o século XIX e a expansão colonial daquele país. Destaca o papel de Halford Mackinder na atividade acadêmica e política, lembrando que o geógrafo britânico formou parte de duas importantes comissões imperiais: presidente do *Imperial Shipping Committee* (1920-1945) e presidente do *Imperial Economic Committee* (1926-1931).

Neil Smith (1988) mostra a existência de um forte vínculo entre a geografia política de Mackinder, pai da escola de geografia britânica do século XIX, e a geografia comercial, ambas baseadas em princípios claros, relativos ao modo pelo qual as vantagens naturais ditavam a divisão territorial do trabalho.

Assim como a geografia comercial e a modalidade de geografia política de Mackinder eram meios de compreender e promover a ascensão do império, da mesma forma sua sorte foi selada pelo destino do império. A decadência do império britânico acarretou a morte dessa geografia (SMITH, 1988, p.156).

No período entreguerras, na literatura francesa, destaca-se a crítica de Albert Demangeon à geopolítica alemã que posteriormente será o impulso, junto com a influência de outros autores, do ressurgimento da geografia política na Europa e na França em particular durante os anos 1970 (COSTA, 1991). Cabe notar que os estudos de Albert Demangeon estão associados também a aspectos econômicos, envolvendo o comércio entre regiões, como mostra seu artigo intitulado “*Les aspects actuels de l'économie internationale*”, publicado em 1929 nos *Annales de Géographie*. Este trabalho está dividido em duas partes; a primeira analisa a repartição mundial da produção, do comércio e da indústria no período 1913-1926 e a segunda examina detalhadamente o comportamento desses três aspectos na Grã-Bretanha. Na sua consideração sobre a perda de liderança da Europa após a Primeira Guerra, o autor assinala que

as causas universais que em todas partes criam rivais à Europa são: aqui, o aparecimento de indústrias em países que antes compravam os artigos manufaturados de Europa; lá, a formação de reservas e de capitais capazes de financiar, como a Europa fez por muito tempo, as empresas coloniais e de ampliar os horizontes do comércio (DEMANGEON, 1929, p.18).

Desse modo, observa-se que paulatinamente se abandona o forte caráter descritivo dos trabalhos que precederam às duas guerras mundiais, e se avança para uma análise de base histórica. Em 1952, já no contexto da Guerra Fria, Pierre George publica *Les grands marchés du monde*, no qual analisa as diferenças entre países capitalistas e socialistas em relação à organização do comércio exterior. Max Derruau em seus *Précis de Géographie Humaine* (1967) distingue mercados concretos e mercados abstratos para referir-se à existência ou não da mercadoria no momento da negociação do preço. Os mercados concretos envolvem toda a infraestrutura necessária aos intercâmbios enquanto os mercados abstratos estão associados às negociações na bolsa de valores (Londres, Paris, Chicago).

Textos elaborados no cerne do debate sobre globalização

O segundo grupo de trabalhos revisados está composto por artigos da literatura internacional que retomam a discussão sobre geografia e comércio na segunda metade da década de 1980. O texto que poderíamos chamar de “pioneiro” nessa fase é o artigo de James McConnell (1986) *Geography and International Trade*, uma espécie de chamado de atenção aos geógrafos sobre a pouca importância que se está dando ao estudo do comércio internacional, “num momento da economia internacional que se caracteriza por um forte aumento dos fluxos comerciais e por uma mudança nos padrões do intercâmbio”. Anthony G. Hoare (1988) une-se a essa crítica e faz um estudo sobre o envolvimento do Reino Unido com o comércio internacional a partir da interação de três elementos: as economias regionais, os portos e os parceiros comerciais externos.

Pouco tempo depois, em 1989, a revista *Economic Geography* dedica um número especial no qual se destaca o artigo de Ronald John Johnston com um estado da arte sobre a temática. Esse autor assinala que os últimos trabalhos dos geógrafos sobre comércio internacional, mesmo tendo avançado na sofisticação das ferramentas analíticas, ainda estão baseados em uma teoria descritiva. À teoria das vantagens comparativas esses trabalhos têm incorporado a análise da fricção da distância e da preferência por sócios comerciais, mas não chegam a explicar a criação e a manipulação dessas vantagens pelos diferentes agentes que intervêm no comércio. Johnston adverte sobre a necessidade de considerar as interações entre governos e empresas e suas conexões com a política comercial e industrial no contexto de uma economia mundial na qual o padrão de comércio internacional é uma consequência dessas interações. Propõe, dessa maneira, uma abordagem histórica que inclua o comércio dentro do processo de desenvolvimento desigual e combinado.

Nessa mesma linha, o artigo de Richard Grant (1994) na revista *Progress in Human Geography*, que também faz uma revisão da literatura geográfica sobre comércio internacional, insiste na falta de uma teoria explicativa e na necessidade de elaborá-la. Avança na ideia das vantagens competitivas dos países (baseada na proposta de Michael Porter) a partir do estudo das interações entre os governos, as empresas e as corporações multinacionais que afetam os fluxos de comércio. Enfatiza, assim, a importância da pesquisa da intervenção governamental, com a criação de blocos econômicos e das zonas econômicas em escala subnacional, e do estudo do comércio intra-industrial e do comércio intracorporativo.

Uma série de outros artigos acompanha essa nova fase; a maioria com a preocupação de interpretar as transformações da economia internacional a partir das explicações da “nova teoria do comércio internacional”, que fala das vantagens competitivas, ou seja, atribui um papel importante à construção dessas vantagens a

partir da incorporação de tecnologia e de políticas específicas. Em particular, o artigo de Ron Martin e Peter Sunley (1996) discute a proposta de Paul Krugman, apontando seus pontos fortes (vinculados à importância atribuída às diferenças regionais na determinação do comércio) e suas limitações (relacionadas ao tratamento das externalidades tecnológicas e a certa herança da economia neoclássica). Cabe abrir um parêntese para sinalizar que a aproximação de Krugman à Geografia suscitou muitas críticas, sobretudo pelos seus fundamentos baseados em modelos matemáticos e instrumental teórico neoclássico como alternativa para abordar os problemas de diferenças no desenvolvimento entre países (RAMIREZ, 2001). Repete-se uma visão antiga, na qual o espaço não é integrado à teoria, porque considerado como externalidade, imóvel e dado, como recipiente de elementos econômicos, que não explica as causas que originaram as localizações e que se comporta de igual maneira em todos os casos.

Um artigo preocupado com a relação entre comércio internacional e tecnologia é o de Michael Storper (1992), que analisa o papel dos distritos tecnológicos nas correntes mercantis entre os países centrais (comércio norte-norte); regiões de escala subnacional interligadas através de um comércio baseado, já não nos preços, mas nas diferenças de qualidade dos produtos.

Existem numerosos trabalhos que focalizam seu interesse na regionalização do comércio, mostrando que o ressurgimento dos blocos continentais é um fato que permite reconhecer o espaço geográfico como uns dos princípios organizadores da economia mundial (SCHOENBERGER, 1992; O'LOUGHLIN E ANSELIN, 1996; PATCHELL, 1996; MICHALAK E GIBB, 1997; POON, 1997).

O livro organizado por Helzi Nojonen, Julie Graham e Ann Markusen (1993) *Trading Industries, Trading Regions* contém vários artigos argumentando que o sucesso no comércio é fundamentalmente modelado pela intervenção governamental. Esses trabalhos estudam o comércio e seu impacto sobre indústrias e regiões dos Estados Unidos; são estudos de caso a partir de seis setores industriais: automobilístico, siderúrgico, mecânico, farmacêutico, de construções navais e seguros.

Encontram-se, também, estudos que juntam a análise do transporte e do comércio seguindo a tradição da geografia sobre o chamado setor terciário, que entende os transportes como dados fundamentais para explicar muitas localizações e, portanto, também as trocas. Nessa perspectiva, embora atualizado, situa-se o livro de Michael Barke (1986) *Transport and Trade*, no qual se investiga a importância do comércio internacional no desenvolvimento econômico a partir de uma crítica a certos aspectos da teoria tradicional. Salienta-se a influência das

mudanças na tecnologia dos transportes sobre os padrões de comércio, contrastando experiências em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, nos mercados das commodities.

Associada a essa linha de pesquisa aparece uma série de trabalhos sobre espaço marítimo e portos. Alguns deles mostram como a globalização aumentou a complexidade do sistema mundial de transporte e de logística marítima, criando redes mundiais de alta sofisticação. O artigo de Antoine Frémont (1996), por exemplo, resenha a evolução do espaço marítimo de 1945 a 1993, mostrando o aparecimento nas rotas marítimas mercantis de novos atores, novas técnicas, novas relações políticas e econômicas.

A revista holandesa *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie* dedica, no ano de 1996, um número especial ao tema de portos. Publica sete artigos sobre sistemas portuários europeus, em particular holandês, belga, francês, alemão, italiano e espanhol. Neles se estuda a função primária dos portos, vinculada aos transportes, e a função secundária ou industrial. Também se levanta a questão da competição entre portos, dada fundamentalmente pelas grandes empresas de comércio mundial. Essa competição está concentrada sobretudo na função primária, isto é, nas vantagens que os portos oferecem às grandes empresas em relação aos transportes, especializando cada vez mais as infraestruturas. Por exemplo, se grandes companhias marítimas de *containers*, como Maersk e Sealand, que atuam em forma cooperativa, fazem sua escolha em favor do porto de Rotterdam, esse fato fortalece notadamente a posição desse porto. Daí que a competição se torne cada vez mais acirrada, cada porto tentando diferenciar-se mais do outro nas condições oferecidas. Anuncia-se assim o que virá se chamar de “guerra dos portos”, tendência fortalecida nas décadas seguintes.

Textos preocupados em aprofundar uma teorização geográfica

Em 2001, a revista *Journal of Economic Geography* publica um número especial intitulado “Mapeando a globalização: perspectivas geográficas sobre comércio e investimento internacionais”, cuja introdução é redigida por Neil Coe e Henry Wai-Chung Yeung, onde discutem a necessidade de compreender as estratégias de corporações globais e organizações internacionais e, ao mesmo tempo, apreciar como a globalização é contestada em várias escalas por atores sociais, seja no nível da decisão individual das famílias, no local de trabalho ou na mobilização de sindicatos. Os artigos desta revista consideram, por exemplo, produtores de cacau na África Ocidental, produtores de laticínios e carne de ovino da Nova Zelândia, fornecedores de componentes automotivos na Alemanha.

Coe e Yeung participam dos projetos de pesquisa liderados por Peter Dicken na Universidade de Manchester, onde justamente no início dos anos 2000 começam a discutir o conceito de redes globais de produção (DICKEN, P. et.al., 2001; HENDERSON, J. et.al. 2002). A partir desse momento, numerosas publicações desenvolvem essa abordagem, com diferentes graus de aprofundamento teórico e empírico, visando oferecer uma leitura da globalização a partir da geografia econômica. Por exemplo, em artigo de 2004, os autores estudam as conexões entre as redes de produção das empresas transnacionais e o desenvolvimento regional em formações territoriais específicas, através dos processos de criação, aprimoramento e captura de valor. Apresentam resultados de pesquisas no leste da Ásia e na Europa, examinando os investimentos do fabricante de automóveis BMW no leste da Baviera, Alemanha e em Rayong, Tailândia, e suas implicações para desenvolvimento regional (COE, N. et.al., 2004). Outra publicação investiga a internacionalização de grandes empresas de varejo, que expandiram suas operações sobretudo através de fusões e aquisições, permitindo-lhes assumir posições dominantes no mercado em muitos países na Ásia Oriental, Europa Oriental e América Latina. Os autores analisam o papel desses agentes em todas as etapas das redes de suprimentos (fabricantes/ fornecedores, atacadistas, distribuidores e agentes de importação/ exportação) (COE; HESS, 2005).

Cabe registrar que, em 2015, Coe e Yeung publicam um livro intitulado “Redes globais de produção: teorizando o desenvolvimento econômico em um mundo interconectado” no qual, além de fazer um balanço crítico dos quinze anos de pesquisas e debates em torno dessa abordagem, propõem avançar na teorização e conceitualização para sustentar novas rodadas de pesquisa empírica. Os autores apresentam uma definição mais acabada de rede global de produção como um arranjo organizacional, compreendendo atores interconectados, coordenados por uma empresa líder global e produzindo bens ou serviços em várias localizações geográficas para mercados mundiais; ou seja, o foco está tanto nas empresas e redes quanto nos lugares em que estão inseridas. Sua preocupação continua sendo a necessidade de desenhar um quadro para explicar os padrões de desenvolvimento desigual – entre e dentro dos países – na economia global contemporânea.

A discussão que aparecia nos trabalhos das décadas de oitenta e noventa não se abandona, mas se aprofunda no sentido de avançar em uma teorização geográfica sobre o comércio internacional que, nas palavras de Eric Sheppard (2012,p.47), “possibilite conclusões sobre comércio, globalização e desenvolvimento desigual diferentes daquelas oferecidas na economia convencional”. Desta perspectiva o autor propõe considerar, com maior centralidade, dimensões socioespaciais para mostrar, por exemplo, como os estados

nação estão posicionados diferentemente dentro da economia global de maneira que refletem e reproduzem, mas também contestam, as relações de poder existentes. Constitui-se assim uma geopolítica do comércio, na qual os estados-nação têm capacidade desigual para influenciar no contexto internacional e que molda desigualmente as ações em escala nacional. O autor aponta para a importância de discutir os vínculos que o comércio estabelece com a natureza (recursos naturais, commodities agrícolas e minerais) e, de igual maneira, com questões de ciência e tecnologia. Os trabalhos de Sheppard (2005; 2012) são fortemente críticos à doutrina do livre comércio, sob a proposição de que o capitalismo baseado nesses princípios reproduz, ao invés de resolver, condições de desenvolvimento geográfico desigual.

Existem vários geógrafos críticos do neoliberalismo, poder corporativo e desenvolvimento desigual que também debatem o comércio internacional. Alex Hughes publica, na revista *Progress in Human Geography*, uma série de três artigos sob o título “*Geographies of exchange and circulation*”. Na realidade, a autora está preocupada em discutir, com base numa ampla revisão bibliográfica, as formas de troca e circulação que apresentam alternativas às redes capitalistas globais, como moedas comunitárias, comércio justo e mercados de pequenos agricultores (HUGHES, 2005). Trata-se de espaços organizados sob formas alternativas, mas que estão submetidos a uma permanente ameaça de absorção por parte dos processos capitalistas. A autora destaca vários trabalhos de geógrafos dedicados a explicar o poder corporativo nas cadeias de suprimentos e o consequente papel das grandes empresas no processo de governança do comércio internacional (HUGHES, 2006). Existe crescentemente uma infinidade de normas, códigos e sistemas de certificação que estabelecem práticas regulamentadas e padronizadas na economia global. Por isso, a autora destaca a importância das pesquisas sobre aqueles espaços econômicos alternativos e os movimentos associados que, de várias maneiras, buscam resistir e fornecer alternativas às lógicas do capitalismo dominante (HUGHES, 2007).

Por sua vez, Martin Andresen (2010) discorre sobre uma geografia do comércio internacional e propõe considerar questões como as fronteiras e os blocos comerciais regionais, no embate entre protecionismo e multilateralismo. O crescimento dos fluxos de comércio internacional na economia global vis-à-vis o aumento na formação de blocos regionais precisa ser debatido de forma conjunta, considerando o papel da proximidade espacial (contiguidade) e da distância. O autor questiona o fato de considerar uma geografia do comércio que seja separada da geografia da produção, e adverte que o aumento da integração das economias nacionais pode levar a mudanças nas divisões espaciais do trabalho. Insiste na

importância de entender todos esses aspectos numa abordagem teórica que reconheça a centralidade do espaço.

Stefan Ouma (2015) faz uma leitura crítica dos mercados de exportação na África com base na discussão sobre as conexões alimentares globais. Considera que os mercados não são apenas mecanismos de conexão e desconexão, mas também de esquecimento.

Quando os consumidores finalmente compram frutas cuidadosamente embaladas de Gana, legumes de Quênia ou flores cortadas de Etiópia, as reconfigurações, lutas e controvérsias que moldaram sua produção não são visíveis (OUMA, 2015, p.6).

O autor se pergunta como as conexões do mercado global estão sendo construídas, ordenadas e executadas em locais concretos, ou seja, como se realiza a mercadoria em determinados lugares dentro de determinadas conjunturas históricas. Partindo das realidades históricas e materiais concretas do sul e norte do Gana, aponta que a comercialização é um processo marcado por improvisações, disputas, conflitos, crises, e, dessa maneira, incorpora a complexidade da vida econômica através das desigualdades socio-espaciais na análise dos mercados.

Temas correlatos ao comércio internacional, como transporte e logística, continuam presentes na discussão acadêmica. É o caso da coletânea intitulada *Cargomobilities. Moving Materials in a Global Age* (BIRTCHNELL; SAVITZKY; URRY, 2015), sobre as implicações políticas, sociais e espaciais dos movimentos de carga e frete. O livro apresenta estudos de caso que discorrem sobre temas como: as particularidades da distribuição de carga por mar, terra e ar; o papel dos portos no sistema global de comércio marítimo; o aumento do tráfego nas áreas portuárias causado pelo frete em contêiner; os problemas vinculados aos contêineres vazios e a necessidade de reposicionar ou armazená-los; as implicações da nova logística para os trabalhadores. O artigo de Julie Cidell (2015), por exemplo, aborda a distribuição de cargas e a especialização dos lugares com um grande tráfego de caminhões. A necessidade de manter as mercadorias em movimento significa que os armazéns tradicionais são cada vez mais substituídos por centros de distribuição; assim a função do centro de distribuição, diferente da função do armazém, não é para armazenar mercadorias, mas para direcionar seus movimentos, classificar e canalizar os fluxos das redes de transporte internacional e nacional para as redes regionais e locais. Transporte e logística discutidos a partir dos lugares geradores e receptores de fluxos.

Mark Hesse (2017) focaliza o desenvolvimento urbano e econômico que liga portos e cidades da Europa, dadas as várias maneiras em que lugares e fluxos interagem. Analisa o papel dos portos como motores econômicos de sua região, a

indústria de navios de cruzeiros como um segmento de mercado que reconecta portos e cidades, e a atuação de órgãos e instituições nessa dinâmica. Os laços e tensões entre os fluxos globais e os locais fornecem um ambiente misto para o porto e para a cidade, ocasionando tanto riscos quanto benefícios para ambos.

Breve reflexão final

A revisão bibliográfica acima, mesmo não sendo exaustiva, permite reafirmar dois pressupostos básicos: por um lado, a troca não é independente da produção, portanto o comércio (em qualquer escala de realização) não pode ser estudado separadamente dela; por outro, esta temática não é apenas econômica, mas também política, cultural e juntamente espacial.

Reitera-se a importância de considerar o espaço quando se estuda o comércio internacional, ou melhor, quando se teoriza sobre ele. Com efeito, uma teoria do comércio internacional precisa incorporar a categoria espaço, mas de uma forma substantiva e ponderar muito mais que a origem e destino dos fluxos mercantis ou a escala de análise do fenômeno. Segundo Milton Santos (1994, p. 54), “não é demais lembrar que mercado e espaço são sinônimos. Um não se entende sem o outro”.

Todo o movimento econômico compreende produção, distribuição, troca ou comércio e consumo, cada um desses momentos se realizando espacialmente, e simultaneamente sendo condicionados pelo espaço, pelas especificidades de cada lugar. Nesta perspectiva, falta à geografia contemporânea fazer um esforço maior, do ponto de vista teórico e empírico, para estudar como o espaço condiciona a dinâmica do comércio internacional.

Referências

- ALNWICK, Herbert. *A geography of commodities*. London: Rev. By Henry Rees, 1957.
- ANDRESEN, Martin. Geographies of International Trade: Theory, Borders, and Regions. *Geography Compass*, v. 4, n. 2, p. 94-105, 2010.
- ARROYO, Mónica. *Território Nacional e Mercado Externo. Uma leitura do Brasil na virada do século XX*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BARKE, Michael. *Transport and Trade*. London: Oliver & Boyd, 1986.
- BIRTCHELL, Thomas; SAVITZKY, Satya; URRY, John (eds.). *Cargomobilities. Moving materials in a global age*. New York: Routledge, 2015.
- CIDELL, Julie. Distribution centers as distributed places. Mobility, infrastructure and truck traffic. In: BIRTCHELL, Thomas; SAVITZKY, Satya; URRY, John (eds.). *Cargomobilities. Moving materials in a global age*. New York: Routledge, 2015, p. 17-34.
- CHISHOLM, George Goudie [1889]. *Chisholm's handbook of commercial geography*. London: Logmans, Green and Co, 1956.
- COE, Neil; YEUNG, Henry Wai-Chung. Geographical perspectives on mapping globalization. An introduction to the JEG Special Issue "Mapping globalization: geographical perspectives on international trade and investments". *Journal of Economic Geography*, n. 1, p. 367-380, 2001.
- COE, Neil; HESS, Martin; YEUNG, Henry; DICKEN, Peter; HENDERSON, Jeffrey. "Globalizing" regional development: a global production networks perspective. *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS 29/4, p. 468-484, 2004.
- COE, Neil; HESS, Martin. The internationalization of retailing: implications for supply network restructuring in East Asia and Eastern Europe. *Journal of Economic Geography*, v.5, n. 4, p. 449-473, 2005.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DELORME, Jean. *Commerce des matières plastiques dans le monde*. Paris: Amphora, 1957.
- DEMANGEON, Albert. Les aspects actuels de l'économie internationale (premier article). *Annales de Géographie*, n. 211, p. 10-25, jan. 1929.
- _____. Les Aspects actuels de l'économie internationale (deuxième article). *Annales de Géographie*, n. 212, p. 97-112, mar. 1929.
- DERRUAU, Max. *Précis de Géographie humaine*. Paris: Librairie Armand Colin, 1967.
- DICKEN, P.; KELLY, P.; OLDS, K.; YEUNG, H.W-C. Chains and networks, territories and scales: towards an analytical framework for the global economy. *Global Networks*, v. 1, n. 2, p. 89-112, 2001.
- FRÉMONT, Antoine. L'espace maritime et marchand: pour une problématique. *L'espace géographique*, n. 3, p. 203-213, 1996.
- GEORGE, Pierre [1957]. *Los grandes mercados del mundo*. Buenos Aires: Eudeba, 1961.
- GRANT, Richard. The geography of international trade. *Progress in Human Geography*, v.18, n. 3, p. 298-312, 1994.
- HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N. YEUNG, H.W-C. Global Production Networks and the analysis of economic development. *Review of International Political Economy*, v. 9, n. 3, p. 436-464, 2002.
- HESSE, Markus. Approaching the relational nature of the port-city interface in Europe: ties and tensions between seaports and the urban. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 109, n. 2, 2017.
- HOARE, Anthony G. Geographical aspects of British overseas trade: a framework and a review. *Environment and Planning A*, v. 20, p.1345-1364, 1988.
- HUGHES, Alex. Geographies of exchange and circulation: alternative trading spaces. *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 4, p. 496-504, 2005.
- _____. Geographies of exchange and circulation: transnational trade and governance. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 5, p. 635-643, 2006.
- _____. Geographies of exchange and circulation: flows and networks of knowledgeable capitalism. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 4, p. 527-535, 2007.
- JOHNSTON, Ronald John. Extending the research agenda. *Economic Geography*, v. 65, n. 4, p. 338-347, Oct. 1989.
- KRUGMAN, Paul. *Geography and trade*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

- MARTIN, Ron; SUNLEY, Peter. Paul Krugman's geographical economics and its implications for regional development theory: a critical assessment. *Economic Geography*, v. 72, n. 3, p. 259-292, July 1996.
- McCONNELL, James E. Geography and international trade. *Progress in Human Geography*, n. 10, p. 471-483, 1986.
- MÉNDEZ, Ricardo. *Geografía Económica. La lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, 1997.
- MICHALAK, Wieslaw; GIBB, Richard. Trading blocs and multilateralism in the world economy. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 87, n. 2, p. 264-279, June 1997.
- MILL, Hugh Robert. *Elementary commercial geography*. London: Cambridge University Press, 1894.
- NOPONEN, Helzi; GRAHAM, Julie; MARKUSEN, Ann (eds.). *Trading industries, trading regions: international trade, American industry and regional economic development*. New York: The Guilford Press, 1993.
- O'LOUGHLIN, John; ANSELIN, Luc. Geo-economic competition and trade bloc formation: United States, German and Japanese Exports 1968-1992. *Economic Geography*, v. 72, n. 2, p. 131-160, April 1996.
- OUMA, Stefan. *Assembling Export Markets. The making and unmaking of global food connections in West Africa*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2015.
- PATCHELL, Jerry. Kaleidoscope economies: the processes of cooperation, competition and control in regional economic development. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, n. 3, p. 481-506, September 1996.
- POON, Jessie. The effects of regionalisation on trade flows. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 88, n. 4, p. 369-380, 1997.
- RAMIREZ, Blanca. Krugman y el regreso a los modelos espaciales: ¿La nueva geografía? *Terra Livre*, n. 16, p. 25-38, 2001.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHOENBERGER, Erica. Industrial restructuring and continental trade blocs. *Environment and Planning A*, v. 24, n. 1, p. 2-10, January 1992.
- SHEPPARD, Eric. Free trade: The very idea! From Manchester boosterism to global management. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 30, p. 151-172, 2005.
- _____. Trade, globalization and uneven development: entanglements of geographical political economy. *Progress in Human Geography*, v. 36, n. 1, p. 44-71, 2012.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SMITH, Joseph Russell; PHILIPS, Merton Ogden. *Industrial and commercial geography*. New York: Henry Holt and Company, 1946.
- STAMP, Dudley [1927]. *An intermediate commercial geography (part I). Commodities and World Trade*. London: Longmans, Green and Co, 1955.
- _____. [1928]. *An intermediate commercial geography (part II). The Economic geography of the leading countries*. London: Longmans, Green and Co, 1955.
- _____. [1936]. *A commercial geography*. London: Longmans, Green and Co., 1959.
- STORPER, Michael. The limits to globalization: technology, districts and international trade. *Economic Geography*, v. 68, n. 1, p. 60-93, 1992.
- VASCONCELLOS, Ernesto. *Compendio de geografia comercial*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916.

Sobre a autora

Mónica Arroyo: geógrafa pela UBA (Universidad de Buenos Aires), mestre em Integração da América Latina pela USP (Universidade de São Paulo) e doutora em Geografia Humana pela USP. Atualmente é professora doutora no Departamento de Geografia da USP, tendo lecionado também na Universidad de Buenos Aires, na Universidade Federal do Paraná e, como professora convidada, na Unicamp.

* * *

ABSTRACT

Geography and International Trade: brief bibliographic review

This paper presents a bibliographic review that seeks to ask how international trade has been approached by geographers. We selected authors mainly from Anglo-Saxon and, to a lesser extent, French geography. The papers were grouped as follows: 1) texts from an early stage, when description and inventory prevailed; 2) texts written in the 1980s and 1990s, when the debate on globalization grows; and 3) latest texts, written in the first two decades of the 21st century, given the increasing complexity of the contemporary world and concerned with advancing on the path of geographical theorization.

KEYWORDS: Geography, International Trade, bibliographic review.

RESUMEN

Geografía y Comercio Internacional: breve revisión bibliográfica

Este artículo presenta una revisión bibliográfica que busca indagar cómo los geógrafos han abordado el comercio internacional. Seleccionamos autores principalmente de la geografía anglosajona y, en menor medida, francesa. Los trabajos analizados se agruparon de la siguiente manera: 1) textos de una fase inicial, cuando prevalecieron la descripción y el inventario; 2) textos escritos en las décadas de 1980 y 1990, cuando crece el debate sobre la globalización; y 3) textos más recientes, escritos en las dos primeras décadas del siglo XXI dada la creciente complejidad del mundo contemporáneo, y preocupados por avanzar en el camino de la teorización geográfica.

PALABRAS CLAVE: Geografía, Comercio Internacional, revisión bibliográfica.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>